

# BASTA DE SUBMISSÃO À UNIÃO EUROPEIA E AO EURO



## Defender o interesse nacional

Valorizamos os passos dados na devolução de direitos e na reposição de salários e rendimentos.

Mas é preciso ir mais longe.

É preciso dizer Basta! às imposições e chantagens da União Europeia e do Euro, que PSD e o CDS pretendem prolongar e intensificar.



Portugal e o povo português têm direito a uma vida melhor. Têm direito a recusar o caminho de exploração, empobrecimento e retrocesso social que as instituições da União Europeia querem impor com o Tratado Orçamental, o programa de estabilidade ou as metas do défice.

Só há dois caminhos: afirmar os direitos e interesses dos trabalhadores e do povo, ou aceitar a agenda de retrocesso e pobreza que o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia tentam impor a Portugal.

O caminho de progresso, justiça, desenvolvimento e elevação das condições de vida do povo exige a ruptura com a submissão ao Euro e à União Europeia, a ruptura com os interesses do capital monopolista.

## Com a luta e a iniciativa do PCP Defender, repor e conquistar direitos, salários e rendimentos

Com a luta dos trabalhadores e do povo e o voto em 4 de Outubro, foi possível derrotar o PSD e o CDS e o seu projecto de intensificar a exploração, o empobrecimento e a submissão do País.

Com a iniciativa decisiva do PCP, abriu-se uma nova fase na vida política do País, com as limitações inerentes a um governo PS, mas também com as possibilidades que o contributo do PCP criou para dar resposta aos problemas e aspirações mais imediatas.



Foi possível dar passos no sentido da inversão do rumo de roubo de direitos e remunerações imposto por PSD e CDS. São avanços que, embora limitados, têm importância e significado.

- Eliminação dos cortes salariais na Administração Pública.
- Eliminação da sobretaxa do IRS sobre os trabalhadores em geral.
- Devolução dos 4 feriados roubados.
- Aumento do salário mínimo nacional.
- Aumento do abono de família.
- Aumento do complemento solidário do idoso e do rendimento de inserção social.
- Redução do IVA na restauração.
- Redução de taxas moderadoras.

### Por proposta do PCP

o Orçamento de Estado para 2016 consagrou ainda, entre outras, as seguintes matérias:

- Manuais escolares gratuitos para o 1º ano de escolaridade já a partir de Setembro.
- Apoio extraordinário aos desempregados de longa duração.
- Redução da taxa máxima do IMI, desagrvando o seu valor em 10%.
- Interdição do aumento da taxa máxima e mínima das propinas.

Política patriótica e de esquerda  
Mais força ao  PCP

# É necessário ir mais longe



Sem desvalorizar o que foi alcançado, a situação a que chegou o país e as condições de vida dos trabalhadores exigem outras medidas.

## Foi por isso que o PCP propôs:

- aumento extraordinário de 10 euros nas pensões de reforma;
- fim das restrições a direitos e remunerações dos trabalhadores da Administração Pública (descongelamento de carreiras, do valor do trabalho extraordinário e do subsídio de refeição);
- reforço do apoio à criação cultural e ao património;
- eliminação progressiva do Pagamento Especial por Conta, que as micro, pequenas e médias empresas adiantam ao fisco.

Medidas que foram rejeitadas pelo PS.

**Medidas possíveis de concretizar com as propostas do PCP para tributar o capital monopolista e enfrentar decididamente as imposições da União Europeia e o garrote da dívida.**

**O dinheiro enterrado no BANIF permitiria corresponder a estas aspirações e direitos.**

# Um compromisso inabalável com os trabalhadores e o povo

Recuperar e materializar a justiça social, valorizar o trabalho e os trabalhadores, os direitos sociais universais, à saúde, à educação, à segurança social e à cultura, atacar o desemprego e a precariedade, os baixos salários, as reformas de miséria e os altos níveis de pobreza – são estes os compromissos do PCP, que nesse sentido continuará a intervir na Assembleia da República e fora dela.

- Criação de um Plano Nacional de Combate à Precariedade Laboral.
- Combate à desregulação do horário de trabalho.
- Reposição do princípio do tratamento mais favorável do trabalhador e eliminação da caducidade dos contratos colectivos de trabalho.
- Consagração das 35 horas como duração semanal de trabalho para todos os trabalhadores.
- Subida do salário mínimo nacional para os 600 euros.
- Aumento extraordinário das pensões de reforma.

# É tempo de afirmar a política patriótica e de esquerda



## Mais Produção

Só produzindo mais se pode dever menos. Basta de imposições que liquidam a nossa produção, põem em causa a soberania alimentar, incentivam o abandono da agricultura, das pescas e da indústria.

**Mais produção significa mais emprego, mais desenvolvimento, mais riqueza, menos dependência.**



## Renegociar a Dívida

Portugal é asfixiado por uma dívida insustentável, em grande parte ilegítima, imposta pela União Europeia e o FMI, e que consome recursos necessários ao desenvolvimento e à prestação de funções sociais. **É preciso renegociar a dívida, nos seus prazos, juros e montantes, e libertar o país de um encargo anual com juros superior a 8 mil milhões de Euros (mais do que se gasta com o Serviço Nacional de Saúde) e que só acrescenta dívida à dívida.**



## Aumentar o investimento público

Só com mais investimento é possível pôr o País a crescer economicamente, aumentar a produção, o emprego e a qualidade de vida. Portugal não pode aceitar a política da União Europeia, que subordina o investimento ao objectivo de redução brutal do orçamento e que nos empurra para uma crescente dependência.



## Controlo público da Banca



A banca ou é pública ou não é nacional. Os trabalhadores e o povo não podem continuar a pagar os desmandos da banca privada e a verem transferido para o estrangeiro um instrumento essencial ao desenvolvimento. **Portugal precisa de uma banca ao serviço da economia nacional, que apoie o investimento, as famílias e as pequenas e médias empresas.**



## Retomar o controlo de empresas e sectores estratégicos

O processo de privatizações, que os sucessivos governos e a União Europeia têm promovido, transferiu para mãos privadas e estrangeiras o controlo de sectores estratégicos, como a energia, as comunicações, os transportes, a construção naval, ou a indústria. **Retomar o controlo público destas empresas é uma condição de soberania e de desenvolvimento nacional.**



## Uma nova política fiscal

É preciso mais justiça fiscal, desagravando a carga fiscal sobre os trabalhadores e o povo, fazendo pagar impostos ao grande capital, aos seus lucros e dividendos. Há muito dinheiro de impostos para ir buscar – não aos mesmos de sempre, mas sim àqueles que, escondidos nos off-shores, ou acolhidos em paraísos fiscais, desviam milhares de milhões de euros da riqueza nacional.



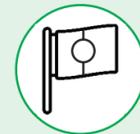
## Direito à saúde, à educação, à protecção social

Há que efectivar o direito constitucional às funções sociais do Estado e aos serviços públicos, na saúde, na educação, na segurança social, na cultura, na habitação, nos transportes, recusando a pressão da política de direita e das orientações da União Europeia para, em nome da redução da despesa, negar ou comprometer estes direitos.



## Trabalho com direitos

Basta de procurar na exploração, na precariedade e nos baixos salários os factores de “competitividade” económica. Assegurar e valorizar o trabalho e os direitos dos trabalhadores, aumentar os salários, reformas, pensões e prestações sociais é condição essencial para a dinamização económica e para a dignificação dos trabalhadores e do povo.



## Soberania nacional

A realidade evidencia que uma efectiva resposta aos problemas do País é contrariada pelo sufoco da dívida pública e pela banca privada, que delapidam milhares de milhões de euros de recursos públicos, pelos constrangimentos e chantagens do Euro e da União Europeia. **É urgente uma política que garanta a soberania nacional e liberte o País do domínio do capital monopolista e da submissão ao Euro, à União Europeia e a outros constrangimentos externos.**

**É cada vez mais urgente uma ruptura com a política de direita e uma política patriótica e de esquerda para Portugal!**

**O PCP bate-se por esta política e apela aos trabalhadores e ao povo, aos democratas e patriotas, que lutem pela sua concretização!**

## O Programa Nacional de Reformas e o Programa de Estabilidade são imposições da União Europeia

O Programa Nacional de Reformas e o Programa de Estabilidade são dois instrumentos que a União Europeia impõe aos Estados-membros, para assegurar que o rumo de negação de direitos, aumento de exploração, empobrecimento e dependência se perpetue.

A afirmação do direito ao desenvolvimento soberano de Portugal exige a rejeição dessas imposições e a opção por uma política que assegure o crescimento económico e os direitos sociais dos trabalhadores e do povo.

**No combate a essas imposições podem sempre contar com o PCP!**



# A BANCA OU É PÚBLICA OU NÃO É NACIONAL

A privatização da banca, que foi apresentada como modernização do País, constituiu uma das maiores transferências de dinheiro público para os privados.

A banca privada não financiou a economia, lesou o Estado com os "auxílios" que recebeu e com a perda de receitas fiscais, aumentou o défice e a dívida e agravou a situação financeira do País.

**A banca privada acumulou milhares de milhões de euros de lucros privados. Mas, o Estado, entre 2008 e 2014, gastou 19,5 mil milhões de euros (11,3% do PIB), para salvar a especulação, a que se somam agora os 3 mil milhões da operação BANIF.**

## Uma sucessão de escândalos

A banca privada atascou-se numa sucessão de escândalos – corrupção, ilegalidades, tráfico de influências, práticas dolosas deploráveis, saque de capitais, negócios escuros. Os bancos privados estão cada vez menos virados para a economia e cada vez mais transformados em lavandarias para a evasão fiscal e o branqueamento de capitais. A especulação delapida a utilidade social das poupanças dos portugueses.



## Como previu o PCP

com a integração de Portugal na então CEE, a privatização das instituições financeiras conduziu ao domínio pelos megabancos europeus. Os bancos privatizados foram limpos de activos tóxicos e recapitalizados com fundos públicos, como aconteceu na entrega do Banif ao Santander.



## Lutar pelo controlo público da banca

Para o PCP, o problema não é o país de origem dos grupos estrangeiros, mas sim que sucessivos governos aceitem como inevitável a alienação da soberania nacional, transferindo o comando do sistema financeiro para outros países.

As falências do BPN, BPP, BES e BANIF e a sua entrega a grupos privados estrangeiros confirmam que **a banca ou é pública ou não é nacional.**

**A banca pública é a única possibilidade para garantir o interesse nacional.**

O PCP defende a recuperação do controlo público da banca comercial e outras instituições financeiras, pela aquisição vantajosa ou a nacionalização, como defendemos para o Novo Banco, para retomar o controlo democrático do sistema financeiro e apoiar o desenvolvimento do País.



Este ano a 40ª edição da Festa do Avante! será maior, incorporando a Quinta do Cabo, recentemente adquirida, e ainda melhor para todos os que a visitam.

A EP (Entrada Permanente) dá acesso aos 3 dias da Festa e a todo o seu programa cultural. A aquisição da EP, desde já, é uma expressão de solidariedade com a sua realização.

**A Festa de 2016 terá um amplo programa de espectáculos, em mais de 10 palcos.**

Na abertura haverá um grande espectáculo de música clássica ao ar livre. Pela Festa vão passar centenas de artistas de Blues, Jazz, Rock, Hip Hop, Fado, Cante Alentejano, música tradicional e outros.

**Mas a Festa do Avante! é muito mais.** É Teatro, Cinema, Artes Plásticas, Desporto, Ciência, Exposições, Gastronomia, Animação de Rua, Artesanato, Debates, Espaço Criança, Festa do Livro e do Disco, Espaço Internacional.

*Todo um universo a descobrir em 3 dias de alegria, convívio e solidariedade.*

**Compra já a tua EP € 23 e poupa € 12**

EP - Título de Solidariedade € 35 em 2, 3 e 4 de Setembro. À venda nos Centros de Trabalho do PCP, na Ticketline e nos locais habituais

Tudo sobre a Festa em [www.pcp.pt](http://www.pcp.pt) e no Avante! 5.ª feira nas bancas

**Mais Espaço, Mais Festa!  
NÃO HÁ FESTA COMO ESTA!**



## Ficha para contacto

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados que nos permitirão contactar consigo.

NOME \_\_\_\_\_

MORADA \_\_\_\_\_

CÓDIGO POSTAL \_\_\_\_\_

TELEF \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

**Recorte e envie para: Partido Comunista Português – Rua Soeiro Pereira Gomes 3, 1600-196 Lisboa**

**WWW.PCP.PT**  
DEI/PCP 2016